GABRIELA BIAZI JUSTINO DA SILVA

Tensões entre feminismo e direito

Dissertação de mestrado

Orientador: Professor Doutor Conrado Hübner Mendes

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO

2018

GABRIELA BIAZI JUSTINO DA SILVA

Tensões entre feminismo e direito

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito do Estado, sob orientação do Prof. Dr. Conrado Hübner Mendes.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO

2018

Nome: SILVA, Gabriela Biazi Justino da.

Título: Tensões entre feminismo e direito.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Catalogação da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Silva, Gabriela Biazi Justino da
Tensões entre feminismo e direito / Gabriela Biazi Justino da Silva ;
orientador Conrado Hübner Mendes – São Paulo, 2018.
119

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito do
Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Teoria feminista. 2. Gênero. 3. Direito. 4. Igualdade. 5.
Discriminação. I. Mendes, Conrado Hübner , orient. II. Título.

À Denise, pelo apoio, cuidado e amor.

And then I understood that the question was, rather, do I care? And then I understood that the answer is yes, yes, yes: I care because I want you to care about me. I care because I have become aware of my absolute dependency upon you, whoever you are, for the quality and the outcome of my social, my democratic experience

(June Jordan, em *Some of us did not die*)

RESUMO

SILVA, G. B. J. *Tensões entre feminismo e direito*. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A dissertação teve como objetivo geral identificar os contornos e principais fundamentos das críticas feministas ao direito, ao Estado e a teorias da justiça, evidenciando as tensões presentes nas discussões sobre a temática. Para tanto, sistematiza e coloca em diálogo os argumentos e posições de duas teóricas: Catharine MacKinnon e Martha Nussbaum. O objetivo geral da pesquisa, portanto, foi analisar esses dois projetos teóricos distintos e compará-los, a fim de iluminar pontos relevantes da crítica feminista ao direito. Os objetivos específicos que orientaram o presente trabalho foram: i) analisar as linhas gerais dos diagnósticos das autoras sobre a desigualdade de gênero; ii) compreender as diferentes interpretações sobre o papel do Estado e do direito ou formulações normativas sobre a justiça que se relacionam com a igualdade de gênero; iii) identificar tensões entre feminismo e direito. A primeira autora, Catherine MacKinnon, apresenta um diagnóstico de dominação masculina e uma proposta de análise feminista do Estado e do direito, formulando um exame crítico das potencialidades e limitações do direito no enfrentamento à subordinação das mulheres. Martha Nussbaum também formula reflexões a desigualdade de gênero e, ademais, apresenta uma teoria normativa de justiça com base numa concepção liberal de feminismo. Por fim, este trabalho explora as relações entre os paradigmas teóricos das autoras, bem como mapeia as principais críticas a elas endereçadas por outras autoras do campo. O exame das convergências e dos contrastes entre as formulações das autoras demonstram a complexidade dos debates sobre os horizontes e estratégias da luta pela igualdade de gênero. A partir dessa análise, a dissertação apresenta, como considerações finais, as tensões que perpassam as relações entre direito e igualdade de gênero.

Palavras-chave: Teoria feminista. Gênero. Direito. Igualdade. Discriminação.

ABSTRACT

SILVA, G. B. J. *Tensions between feminism and law*. 2018. 119 f. Dissertation (Master) - Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

The main objective of the dissertation is to identify the contours and main foundations of feminist critiques of the law, the State and theories of justice, highlighting the tensions present in the discussions on the subject. To do so, it systematizes and puts into dialogue the arguments and positions of two theorists: Catharine MacKinnon and Martha Nussbaum. The general aim of the research, therefore, was to analyze these two distinct theoretical projects and compare them in order to illuminate relevant points of feminist critique of law. The specific objectives that guided the present study were: i) to analyze the general lines of the diagnoses of the authors on gender inequality; ii) to understand the different interpretations of the role of the State and the law or normative formulations on justice that relate to gender equality; iii) to identify tensions between feminism and law. The first author, Catherine MacKinnon, presents a diagnosis of male domination and a proposal for a feminist analysis of the state and law, formulating a critical examination of the potentialities and limitations of the law in confronting the subordination of women. Martha Nussbaum also formulates reflections on gender inequality and, in addition, presents a normative theory of justice based on a liberal conception of feminism. Finally, this work explores the relationships between the theoretical paradigms of the authors, as well as maps the main criticisms addressed to them by other authors in the field. Examination of the convergences and contrasts between the formulations of the authors demonstrates the complexity of the debates on the horizons and strategies of the struggle for gender equality. From this analysis, the dissertation presents, as final considerations, the tensions that permeate the relations between law and gender equality.

Keywords: Feminist theory. Gender. Law. Equality. Discrimination.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. Entrelaçamentos entre feminismo e direito	15
1.2. Estrutura da dissertação	17
1.3. Conceitos, desenvolvimentos e debates centrais do feminismo	18
2. CAMINHANDO PARA UMA TEORIA FEMINISTA DO ESTADO?	25
2.1. O diagnóstico de Catherine MacKinnon: gênero como dominação	25
2.2. Contornos da regulação do estupro, do aborto e da pornografia	33
2.3. Direito e gênero: o Estado liberal como ponto de vista masculino	51
3. SEXO E PARÂMETROS PARA A JUSTIÇA SOCIAL	61
3.1. Articulando feminismo e liberalismo	61
3.2. O diagnóstico de Martha Nussbaum sobre objetificação sexual	69
3.3. Igualdade de gênero e teoria da justiça	73
4. TENSÕES EM FOCO	77
4.1. MacKinnon e Nussbaum: paradigmas teóricos em diálogo	77
4.2. Tensões entre feminismos	85
4.3. Tensões entre feminismo(s) e direito	91
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

1. INTRODUÇÃO

1.1. Entrelaçamentos entre feminismo e direito

Já há algumas décadas, entrelaçamentos entre teorias feministas ou de gênero e o estudo do direito têm sido tecidos por meio de mais diversas abordagens, registros e em diferentes níveis de análise. Revelando-se um entrecruzamento bastante produtivo, culminou na formação de um campo teórico bastante denso, extenso e heterogêneo¹ - provavelmente em razão da diversidade, transdisciplinaridade e dinamicidade que marcam as formulações das teóricas e militantes feministas, que desafiam as linguagens e olhares herméticos que marcam os estudos mais tradicionais do direito. Nesse conjunto, encontram-se desde análises que tematizam e analisam questões dogmáticas mais específicas até estudos de sociologia jurídica e discussões sobre teorias normativas da justiça a partir do reconhecimento da especificidade da opressão de gênero.

Com presença bastante expressiva no debate norte-americano, esse conjunto inclui estudos que têm sido denominados de *feminist jurisprudence*, *feminist theory of law* ou, ainda, *feminist legal theory*. Embora o desenvolvimento desses estudos não seja uma característica exclusiva da academia norte-americana, é perceptível que a produção das teóricas desse país têm sido um referencial importante. Autoras como Patricia Williams², Frances Olsen, Mary Joe Frug, Martha Minow, Deborah Rhode, Martha Fineman, Drucilla Cornell, Ann Scales, Catharine MacKinnon e outras contribuíram para o amadurecimento desses estudos em direção à formação de um campo com contornos próprios³, revelando a insuficiência de análises como as do *critical legal studies*⁴. Tais teóricas têm, ainda,

¹ Sobre a proficuidade dessa relação, Tina Chanter, ao comentar a obra de Drucilla Cornell, avança que “[...] talvez não seja acidente o fato de que é na esfera dos estudos de direito que algumas das mais prementes questões teóricas tenham se feito sentir antes de a filosofia delas tratar integralmente” (CHANTER, 2007, p. 166).

² Patricia Williams é uma das autoras da *critical race theory* (NERIS, 2017).

³ Os livros *Feminist Jurisprudence* (SMITH, 1993), *Feminist Legal Theory I: Foundations and Outlooks* (OLSEN, 1995a) e *Feminist Legal Theory II: Positioning Feminist Theory within the Law* (OLSEN, 1995b) apresentam um bom panorama dessa produção.

⁴ Para uma descrição dessa relação, ver o artigo *Feminist Legal Theory, Critical Legal Studies, and Legal Education or "The Fem-Crits Go to Law School"* (MENKEL-MEADOW, 1988).

desenvolveram diálogos com filósofas como Judith Butler, Iris Young, Martha Nussbaum, entre outras.

A construção deste trabalho se iniciou com a curiosidade e o desejo por compreender os caminhos e contornos desses estudos de forma mais aprofundada, em especial no que se refere às divergências teóricas e diferenças conceituais que o marcam internamente. Quais as estratégias teóricas para a construção de uma crítica feminista ao direito? Estão todas as feministas juristas defendendo as mesmas pautas e o mesmo diagnóstico acerca da mobilização do direito para enfrentar desigualdades? Se existem dissensos, quais são os fundamentos de cada uma das posições? Essas diferenças teóricas são relevantes para compreender a prática social e a militância feminista?

Foram essas e outras questões que estimularam o início da pesquisa e a busca por um objeto. Após incursões iniciais na literatura sobre o tema, ao invés de optar por elaborar um mapeamento (com pretensões exaustivas) da literatura que trata das relações entre feminismo e direito e que pudesse abordá-la em toda sua complexidade e nuances, optei por, nesta dissertação, reconstruir alguns argumentos fundamentais da crítica feminista ao direito, focando em obras específicas, a fim de compreender as bases que organizam tais debates.

Para fins dessa dissertação, adotando os critérios desenvolvidos por Deborah Rhode, considereei que uma crítica feminista do direito ou do Estado tem três premissas centrais: i) em um nível político, elas têm como compromisso promover igualdade de gênero; ii) em um nível substantivo, tomam gênero como foco de análise, preocupando-se com práticas legais que tem excluído, desvalorizado ou minado as preocupações das mulheres, e iii) em um nível metodológico, intentam descrever a realidade de modo que englobe as experiências das mulheres e que permita identificar as transformações sociais necessárias attingir a igualdade (RHODE, 1990).

A partir desses critérios, passei a investigar obras que atuassem como referências relevantes nesse campo. No estágio inicial da pesquisa, após leituras exploratórias, tratei de identificar referências que mobilizassem termos e conceitos comuns sob os quais se articulam os extensos debates da crítica feminista ao direito, ao Estado e teorias da justiça. Concluída essa fase, elegi duas autoras cujos argumentos com frequência são mobilizados por outras teóricas (seja para refutá-los, corroborá-los ou desenvolvê-los): Catharine MacKinnon, jurista e ativista norte-americana contemporânea frequentemente associada ao

que tem se denominado de feminismo radical, e Martha Nussbaum, filósofa, também norte-americana, que apresenta uma versão de feminismo com inspirações na tradição liberal. A escolha se revelou profícua na medida em que foi possível traçar diversas relações entre as obras das autoras que, embora filiadas a distintas tradições de pensamento, mantêm preocupações similares. Defini que como objetivo geral da pesquisa, a análise e comparação desses dois paradigmas teóricos, com vistas a iluminar pontos relevantes da crítica feminista.

Por fim, cabe ressaltar que os objetivos específicos que orientaram o presente trabalho foram: i) analisar as linhas gerais dos diagnósticos das autoras sobre a desigualdade de gênero; ii) compreender as diferentes interpretações sobre o papel do Estado e do direito ou formulações normativas sobre a justiça que se relacionam com a igualdade de gênero; iii) identificar tensões entre feminismo e direito.

1.2. Estrutura da dissertação

Além desta introdução, a dissertação é composta por quatro capítulos e concluída com breves considerações finais, que organizam os argumentos desenvolvidos no texto, sublinhando as questões centrais identificadas durante o estudo realizado. O capítulo seguinte é precedido pela última seção desta introdução, na qual são apresentados alguns conceitos básicos do feminismo.

No capítulo **Caminhando para uma teoria feminista do Estado?**, subdividido em três tópicos, reconstruo os principais argumentos de MacKinnon acerca da desigualdade de gênero e de sua análise do papel do Estado na produção dessa desigualdade, questões que a autora discute a partir de três temáticas concretas: o estupro, o aborto e a pornografia.

No capítulo seguinte, **Sexo e parâmetros de justiça social**, volto-me à análise do diagnóstico de objetificação de livro Martha Nussbaum, a sua crítica feminista ao liberalismo e sua proposta de uma teoria normativa da justiça.

Em sequência, o capítulo **Tensões em foco** busca estabelecer conexões entre as posições de MacKinnon e Nussbaum, bem como situá-las em debates desenvolvidos com outras autoras feministas. Além disso, busquei organizar uma síntese dessas diversas visões teóricas enfatizando especialmente as discussões que relacionam mais diretamente ao direito e ao Estado.

1.3. Conceitos, desenvolvimentos e debates centrais do feminismo

O feminismo pode ser descrito com um espectro de teorias e práticas políticas que denunciam e enfrentam a subordinação das mulheres. É difícil, no entanto, dar mais passos para delimitar bases conceituais comuns a todas as variações do feminismo. Por julgar importante retomar alguns dos seus conceitos e debates centrais como forma de introduzir o tema central da dissertação, apresenta-se nesta seção uma breve e superficial recapitulação dos momentos formadores do feminismo. Nancy Fraser aponta que é relevante rever a história do feminismo como forma de aprofundar o diagnóstico sobre a desigualdade de gênero e compreender as diferentes gramáticas do imaginário feminista e, assim, identificar os potenciais emancipatórios de cada uma delas (FRASER, 2013).

Provavelmente, a abordagem das ondas do feminismo é uma das narrativas mais disseminadas sobre a história das lutas e das ideias feministas. Geralmente baseada em um sentido de progressividade histórica linear, comum em abordagens historiográficas tradicionais, destaca certas lutas e atores sociais, suavizando ou inviabilizando tensões sociais e destacando certas conquistas políticas. No entanto, pode ser uma forma útil de apresentar um breve panorama do desenvolvimento histórico das lutas e ideias do feminismo. Assim, lancei mão dessa fórmula para organizar esta seção, ciente do risco de limitações e vieses.

A primeira onda do feminismo é, em geral, identificada com o período que vai de meados do século XIX a 1930; a segunda, com o período que se inicia em 1960 e vai até a década de 1990, quando se iniciaria a terceira onda. A descrição da primeira onda está fortemente ligada à luta pelo direito ao voto feminino travada nos Estados Unidos e na Europa⁵ e, ainda, a demandas como liberdade para o exercício de profissões; direito à educação; direito à propriedade; direito de exercerem plena capacidade civil. Eram, portanto, demandas pela equiparação ao tratamento legal conferido aos homens (CHANTER, 2011).

⁵ Na Inglaterra, o movimento denominado *Women's Social and Political Union*, que lutava pelo voto feminino, chamou a atenção da opinião pública em 1903 ao utilizar técnicas de propaganda, desobediência civil, não violência ativa e violência física. Lá, o direito ao voto foi conquista em 1928. Outro marco jurídico ligado ao período é a introdução da 19ª emenda na Constituição Americana em 1920, que consagrou o direito das mulheres ao voto. A Nova Zelândia, em 1893, e a Finlândia, em 1906, foram os primeiros países a reconhecer o direito das mulheres ao voto.

Uma das obras mais identificadas com as reivindicações da primeira onda é o livro *A Vindication of the Rights of Woman*, publicado em 1792 pela inglesa Mary Wollstonecraft⁶. Embora datado do século XVIII e com diferenças significativas em relação a autoras do século XIX (em especial em relação aos fundamentos), a obra já adiantava alguns argumentos que viriam a ser mobilizados no século seguinte para refutar a ideia de uma irracionalidade inata das mulheres e denunciar sua exclusão da esfera política. A autora argumentou, por exemplo, que havia uma contradição em reconhecer uma incapacidade nas mulheres e atribuir a elas a tarefa da socialização e educação moral dos filhos (WOLLSTONECRAFT, 2016)⁷.

Em síntese, os argumentos mobilizados pelos principais movimentos da primeira onda defendiam a ideia de que as mulheres não têm limitações inatas e que a causa da sua desigualdade eram as convenções sociais e o não reconhecimento dos direitos que já eram conferidos aos homens. As mulheres lutavam, então, por uma igualdade formal perante as leis, objetivando atingir a paridade com os homens (brancos e proprietários⁸) (CHANTER, 2011).

A segunda onda do feminismo é ligada ao período das décadas de 1960 a 1980 e também se centra no contexto norte-americano e europeu e é marcado pela emergência do *women's liberation movement*, que teve uma propagação internacional. Nessa onda, as feministas tematizavam questões referentes a políticas do corpo, direitos sexuais e reprodutivos, violência sexual e doméstica, políticas públicas para desincumbir as mulheres do trabalho de cuidado e igualdade salarial (embora essa última já fosse uma reivindicação antes da década de 1960). “O pessoal é político” é um dos grandes lemas desse período. Por outro lado, essa onda também foi marcada pela denúncia das insuficiências e tendenciosidades do feminismo branco e de classe média. Ganham

⁶ Um documento/manifesto também recorrentemente citado é *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* escrita pela francesa Olympe de Gouges em 1791 (pseudônimo de Marie Gouze). O texto, além de incluir um chamado às mulheres para lutar por seus direitos e uma denúncia ao caráter excludente da Revolução e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, também apresentava uma proposta de declaração para garantir os direitos das mulheres (GOUGES, 1995).

⁷ Uma nova versão desse argumento viria a ser desenvolvida mais tarde por John Stuart Mill em *A sujeição das mulheres*. O teórico liberal negava atribuir à biologia o que poderia ser explicado como condição social. Assim, mulheres devem ter liberdade para atingir os limites do autodesenvolvimento sem interferência arbitrária do Estado (MILL, 2004).

⁸ Para uma crítica sobre o racismo do movimento sufragista (e a outros aspectos do feminismo), ver o livro *Mulheres, raça e classe* (DAVIS, 2016).

expressão o feminismo negro, os movimentos lésbicos e outros que põe em questão a homogeneização das experiências das mulheres.

Nesse período, a versão assimilacionista do pleito de igualdade com homens, passa a ser problematizada e conceitos e teorias passam a ser moldados para compreender a subordinação das mulheres. Na década de 1970, o conceito de gênero⁹ passa a ser utilizado com frequência para reconhecer que “[...] a identidade não era determinada no nascimento, de acordo com alguma natureza intrínseca, mas sim era dependente dos papéis estruturais que indivíduos desempenham na sociedade” (CHANTER, 2011). Uma das obras-chave associadas à segunda onda é *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949. Feminista existencialista, a autora apontou que a condição humana é abordada a partir de um ponto de vista masculino. A mulher, a partir desse referencial visto como neutro e universal, é vista como a “outra” (BEAUVOIR, 1960).

Reverendo a segunda onda, Fraser aponta que ela é caracterizada por várias tensões internas e propõe que sua leitura seja feita em três atos. O primeiro ato, que cobre as décadas de 1960 e 1970, tem como cenário a era de ouro do capitalismo, durante a qual os conflitos sociais se encontravam relativamente pacificados em razão do êxito temporário do Estado de Bem Estar social nos países de capitalismo avançado. Esse Estado, aponta Fraser, decorre da institucionalização de um pacto entre as classes no qual se inscrevem exclusões. Dissolvido esse cenário de pacificação, inicia-se o período marcado por protestos contra a Guerra do Vietnã e a segregação racial. As lutas feministas se articulam ao repertório do imaginário radical e expõem que o capitalismo pressupõe um profundo androcentrismo e que, mesmo em sua versão da social-democracia, oculta a injustiça de gênero. Perturbando as rotinas políticas até então normalizadas, as feministas politizam o pessoal e expandem as fronteiras de contestação sobre distribuição socioeconômica para incluir discussões sobre trabalho doméstico, sexualidade e reprodução. Trava-se, então, uma relação ambivalente com o Estado: ao mesmo tempo em que denunciam a tendência de marginalização social inscrita no projeto, buscam também disputá-lo (FRASER, 2013).

No segundo ato, que se desenrola durante a década de 1980 e é marcado pela ascensão do neoliberalismo, o projeto político radical do primeiro ato perde o referencial

⁹ Para um relato sobre o desenvolvimento do conceito de gênero, ver o artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (SCOTT, 1995).

em torno do qual se estruturava: já não é mais possível disputar o Estado do Bem Estar Social e de domar as forças do mercado por essa via. Fragilizadas as possibilidades de mobilizar essa gramática, o projeto, então, é substituído pelo vocabulário das políticas identitárias, centradas em reivindicações de cunho cultural (demandas por reconhecimento) em detrimento daquelas orientadas à igualdade material (demandas por redistribuição). Fraser aponta, então, que há, nessa época, uma prevalência da primeira em detrimento da última e que ganha força uma versão identitária das políticas por reconhecimento. A autora aponta que as primeiras formuladoras das demandas por reconhecimento não colocavam esses projetos como uma escolha disjuntiva – ao contrário, buscava uma expansão da agenda política e do conceito de justiça. No entanto, no contexto neoliberal, a luta por reconhecimento captura o imaginário feminista, ofuscando e subordinando as orientações socialistas antes presentes. O segundo ato, resume a autora, seria marcado por uma trágica ironia histórica: a passagem do paradigma econômico truncado para o paradigma cultural truncado (FRASER, 2013).

O terceiro ato, por fim, é marcado pela crise do capitalismo. A economia política passa a ocupar novamente o centro do debate e, dessa forma, perspectivas centradas somente no reconhecimento perdem credibilidade, impondo-se a necessidade de retomar a gramática típica do primeiro ato e as alianças às forças anticapitalistas, mas sem perder de vista a necessidade de articulá-lo às demandas que ganharam força no segundo ato. Para além da descrição, a autora propõe, assim, um feminismo sensível ao contexto, que articule demandas por redistribuição, reconhecimento e representação (FRASER, 2013).

O terceiro ato descrito por Fraser é, em geral, denominado de terceira onda, que se inicia na década de 1990. Marcada pela maior difusão das teorias *queer* e decoloniais (que já vinham se desenvolvendo antes), o feminismo expande sua agenda política e teórica, sua complexidade se aprofunda, permeada por tensões internas e marcada por um processo intenso de revisão das suas próprias categorias. Emerge com mais força, nesse período, a preocupação de desenvolver diagnósticos e projetos políticos capazes de as diferentes opressões e desigualdades. É cunhado o termo e solidificado o conceito de

interseccionalidade¹⁰ e a categoria social *mulheres* passa a ser fortemente questionada, assim como a divisão sexo/gênero¹¹.

Como é possível perceber, o feminismo, no decorrer da história, assumiu diferentes feições e projetos teórico-políticos. As obras analisadas nesta dissertação foram formuladas nesse último período descrito. Enquanto Martha Nussbaum se filia ao feminismo liberal, MacKinnon autotransmite seu feminismo como “[...] *feminism unmodified, methodologically postmarxist feminism*” (MACKINNON, 1989, p. 259). *Unmodified* é o termo utilizado para MacKinnon se referir à ideia de que seu feminismo é um feminismo substantivo¹², que conferiria real centralidade à opressão das mulheres ao construir termos e conceitos próprios para explicá-la. Busca contrapor-se, assim, ao que seriam os feminismos adjetivados, que derivariam seus termos e categorias de outras teorias mantendo-os intocados na sua essência. Ainda sim, é certo que a autora desenvolve sua posição a partir de uma crítica às insuficiências da teoria marxista (daí a ideia de seu projeto ser, em certo sentido, pós-marxista) e se identifica com posições do feminismo radical.

Alison Jaggar caracteriza o feminismo radical, movimento e teoria consolidados na década de 1960, como centrado na descrição de um sistema social de dominação masculina:

Feminists for more than 200 years have recognized a sense in which women are made rather than born, but radical feminists have driven this insight deeper than before and used it as their main tool in constructing a comprehensive critique of women's oppression. Radical feminism argues that gender is not only the way in which women are differentiated socially from men; they see it also as the way in which women are subordinated to men. The genders are not 'different but equal.' Instead, **gender is an elaborate system of male domination**. The theoretical task

¹⁰ O termo é cunhado por Kimberlé Crenshaw para formular uma crítica à incapacidade do direito (em específico a doutrina da antidiscriminação) de compreender interseções de raça e sexo (CRENSHAW, 1989). Para um mapeamento do conceito de interseccionalidade, ver o artigo *Más allá de la unidimensionalidad: Conceptualizando la relación entre el racismo y el sexismo* (KERNER, 2009).

¹¹ O trabalho *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* é um das grandes obras que irão influenciar esse processo (BUTLER, 2017). Sobre ele, Sara Salih comenta: “As teorizações de Butler sobre a identidade performativa têm sido descritas como um elemento indispensável do feminismo pós-moderno [...]. GT [Gender Trouble] causa perturbação quando põe em dúvida a categoria ‘do sujeito’ ao argumentar que ele é um construto performativo [...]” (SALIH, 2013, pp. 63, 65).

¹² A expressão *unmodified feminism*, aliás, é o título de um de seus livros (MACKINNON, 1987).

of radical feminism is to understand that system; its political task is to end it. (JAGGAR, 1983, p. 83, grifos nossos).

Sobre o feminismo liberal, Jaggar discorre:

Liberal feminism has always been a voice, though one that often has gone unheard, throughout the 300-year history of liberal political theory. Consistently over the centuries, feminists have demanded that the prevailing liberal ideals should also be applied to women. In the 18th century, they argued that women as well as men had natural rights; in the 19th century, they employed utilitarian arguments in favor of equal rights for women under the law; and in the 20th century, with the development of the liberal theory of the welfare state, **liberal feminists demand that the state should actively pursue a variety of social reforms in order to ensure equal opportunities for women.** (JAGGAR, 1983, pp. 27-28, grifos nossos)

Essas descrições fornecem o quadro geral (e simplificado) no qual se localizam os projetos de MacKinnon e Nussbaum. Finalizada tal contextualização inicial, passaremos à análise dos principais argumentos desenvolvidos por cada uma das autoras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou organizar e analisar argumentos desenvolvidos por duas autoras que tematizam a relação entre feminismo e direito em registros teóricos distintos: Catharine MacKinnon e Martha Nussbaum. Colocando-os em diálogo, foi possível explicitar pontos comuns e distanciamentos entre tais paradigmas teóricos.

Expusemos como MacKinnon, agregando elementos do feminismo radical e marxista, concebe a desigualdade de gênero como *dominação* e apresenta uma crítica feminista do Estado e do direito como reprodutores do ponto de vista masculino. Neste registro, o direito atua como uma forma de legitimação e de reforço mútuo do poder masculino e a gramática liberal do direito é incapaz de traduzir adequadamente as demandas das mulheres. Nesse cenário, a tensão possível desse sistema seria a disputa por normas ou políticas que incorporem o ponto de vista das mulheres e denunciem a parcialidade da norma masculina.

Nussbaum, por sua vez, apresenta uma concepção liberal de feminismo e suas conexões com uma teoria normativa da justiça. Essa concepção tem cinco características: internacionalista, humanista, liberal, preocupada com a moldagem social da preferência e do desejo e, por fim, preocupada com um entendimento compreensivo. Tal concepção, no entendimento da autora, é conciliável com uma crítica feminista radical das relações sociais. Dessa forma, a autora defende uma reformulação do liberalismo à luz das objeções feministas como meio para promover a igualdade de gênero e aposta na potencialidade do individualismo como forma de garantir direitos das mulheres.

Comparando esses dois paradigmas e posicionando-os em relação a outras teorias feministas, salientamos os pressupostos, linhas gerais e implicações de cada teoria. Por fim, buscando utilizar tais paradigmas para refletir sobre possíveis relações entre Estado, direito e feminismo, evidenciamos os tipos de desafios que o feminismo pode apresentar para o direito e expusemos como a compreensão dos diversos pontos de vista sobre essa relação pode impulsionar a constante crítica sobre o direito e a expansão do imaginário feminista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKERLY, B.A. **Universal Human Rights in a World of Difference**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- ALLEN, A. **Emancipação sem utopia**. Edition 103 - Volume 34 - N. 3 - November 2015
Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-103/>.
- ALLEN, A. **Unpopular Privacy: What must we hide?**. New York: Oxford University Press, 2011.
- ALLEN, Amy. 2007. **The Politics of Our Selves: Power, Autonomy, and Gender in Contemporary Critical Theory**. New York: Columbia University Press, 2007.
- ALLEN, Amy. **Pornography and Power**. Journal of Social Philosophy 32 (2001): 512–31. Doi:10.1111/0047-2786.00112.
- ALLEN, Amy. **The Power of Feminist Theory: Domination, Resistance, Solidarity**. Boulder, Colo.: Westview, 1999.
- ALVEAR, Helena; JARAMILLO, Isabel C.. **Feminismo y crítica jurídica. El análisis distributivo como alternativa crítica al legalismo liberal**. Bogotá, Colombia: Siglo del Hombre – Universidad de los Andes, 2012.
- ARISTÓTELES. **A Política**. 2.ed. Trad. De Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002
- ASLANGER, S. **Resisting Reality**, New York: Oxford University Press, 2012.
- BARTLETT, K.. **Feminist Legal Methods**. Harvard Law Review, 1039(4): 829–888. 1990.
- BARTLETT, K; R. Kennedy (eds.). **Feminist Legal Theory**. Boulder: Westview Press, 1991
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão. Européia do Livro, 1960a.

BEAVOUIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do. Livro, 1960b.

BENHABIB, S. Et al. **Feminist Contentions: A Philosophical Exchange**. London: Routledge, 1994.

BENHABIB, Seyla et al. (Org.). **Identities, Affiliations, and Allegiances**. Cambridge University Press, 2007.

BENHABIB, Seyla. **Democracy and Difference**. Princeton University Press, 1996.

BENHABIB, Seyla. **Dignity in Adversity: Human Rights in Troubled Polity**. 1 edition, 2011.

BENHABIB, Seyla. **Las reivindicaciones de la cultura. Igualdad y diversidad en la era global** . Katz Editores; 1 edition, 2013.

BENHABIB, Seyla. **The claims of culture. Equality and diversity in the global era**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

BENHABIB, Seyla. **The Rights of Others**. Cambridge University Press, 2004.

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla Cornell. **Feminism As Critique: Feminism as Critique: Essays on the Politics of Gender in Late-Capitalist Society**. University Of Minnesota Press, 1987.

BIROLI, Flávia. **Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia**. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília , n. 9, p. 07-38, Dec. 2012 . Available from <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522012000300001>>. Access on 05 Jan. 2017.

BIROLI, Flávia. **Autonomia, opressão e identidades: a resignificação da experiência na teoria política feminista**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 21, n. 1, p. 81-105, Apr. 2013 . Available from <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100005>>. Access on 05 Jan. 2017.

Bracewell, L. N. **Beyond Barnard: Liberalism, Antipornography Feminism, and the Sex Wars**. Signs: Journal of Women in Culture and Society, 42: 23–48, 2016.

BRAKE, E. **Minimizing Marriage: Marriage, Morality, and the Law**. New York: Oxford University Press, 2014.

BROOKS, Thom; NUSSBAUM, Martha C., EDS. (2015). **Rawls's Political Liberalism**. New York, NY: Columbia University Press. ISBN 978-0231149709.

Brown, Wendy. **Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

BROWN, Wendy. **Finding the man in the State**. In: Sharma, Aradhana; Gupta, Akhil, ed. *The anthropology of the state: a reader*. Oxford: Blackwell Publishing,. 2006.

BROWN, Wendy. **States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

BROWN, Wendy. **Suffering Rights as Paradoxes**. *Constellations*, 2000. 7: 208–229. Doi: 10.1111/1467-8675.00183.

BROWN, Wendy. **The impossibility of women's studies**. *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies* 9.3 (1997): 79+. Academic onefile. Web. 30 Apr. 2011

BROWN, Wendy; HALLEY, Janet (org.). **Left Legalism/Left Critique**. Duke University Press/ Durham & London, 2002.

BUTLER, Judith. **Excitable Speech: Toward a Politics of the Performative**. New York: Routledge, 1997.

BUTLER, Judith. **O parentesco é sempre tido como heterossexual?**. *Cadernos Pagu*, 2003, no.21, p.219-260.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade**. 13ª ed. Trad: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo**. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998.

CAHILL, A.J. **Unjust Sex vs. Rape**. *Hypatia*, 31: 746–761, 2016.

CAMPO-ENGELSTEIN, L. **Rape as a Hate Crime: An Analysis of New York Law**. *Hypatia*, 31: 91–106, 2016.

CARDOSO, Evorah Lusci; FANTI, Fabiola. Movimentos Sociais e Direito: o Poder Judiciário em disputa. In: SILVA, F.; RODRIGUEZ, J. R. (org.). **Manual de Sociologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CASE, M.A. **The Ladies? Forget About Them. A Feminist Perspective on the Limits of Originalism**. Constitutional Commentary, 29: 431–456, 2014.

CHAMALLAS, M. **Who is the Reasonable Person? Gaining Some Perspective in Tort Law: A New Take on Third Party Criminal Attack Cases**. Lewis & Clark Law Review, 14: 1351–1400.

CHAMALLAS, M.; J. WRIGGINS. **The Measure of Injury: Race, Gender, and Tort Law**. New York: New York University Press, 2010.

CHANTER, Tina. **Gênero: conceitos-chave em filosofia**. Trad. Vinicius Figueira. Porto Alegre: artmed, 2011. CHANTER, Tina. **Gender: Key Concepts in Philosophy**. 2007. Bloomsbury Academic; 1 edition, 2007.

CHEN, M.A. **Recognizing Domestic Workers, Regulating Domestic Work: Conceptual, Measurement, and Regulatory Challenges**. Canadian Journal of Women and the Law, 23(1): 167–184, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought**. New York: Routledge, 1981.

COLLINS, Patricia Hills. The Power of Self-Definition. In **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment**.

CORNELL, D. **The Imaginary Domain**. New York: Routledge, 1995.

Cornell, D. **The Imaginary Domain: Abortion, Pornography and Sexual Harassment**. New York. Routledge. 1995.

Cornell, Drucilla. **At the Heart of Freedom: Feminism, Sex, and Equality**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**. University of Chicago Legal Forum, 1989: 139–167; reprinted in D. Kairys (ed.), 1989.

CRENSHAW, K. **From Private Violence to Mass Incarceration: Thinking Intersectionally About Women, Race, and Social Control**,” *UCLA Law Review*, 59: 1418–1472. 2012.

CRENSHAW, K., with N. Gotanda, G. Peller and K. Thomas (eds.). **Critical Race Theory: Key Writing that Formed the Movement**. New York: New Press, 1996.

CRENSHAW, Kimberlé et al (org.). **Critical Race Theory**. New Press, 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. **A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Law**, in *Philosophical Problems in the Law* 339-343. 4 ed, 2005.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics**. Chicago: University of Chicago Legal Forum 139-66., 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color**, 43 *Stanford Law Review* 1241-99. *Women of Color at the Center: Selections from the Third National Conference on Women of Color and the Law*, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé; PELLER, Gary. **The Contradictions of Mainstream Constitutional Theory**. *UCLA L. Rev.* 45, 1998.

CUEVAS, J.-J.; T. Jacobi. **The Hidden Psychology of Constitutional Criminal Procedure**. *Cardozo Law Review*, 37: 2161–2237, 2016.

CYFER, Ingrid. **Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum**. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2010, vol.18, n.36 [cited 2016-01- 07], pp. 135-146. Available from: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200009>.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMPSEY, M.M. **Sex Trafficking and Criminalization: In Defense of Feminist Abolitionism**. *University of Pennsylvania Law Review*, 158: 1729–1778, 2010.

DOTSON, K. **Tracking Epistemic Violence, Tracking Patterns of Silencing**. *Hypatia*, 26: 236–257, 2011.

DREZE, J.; A. SEN. **Hunger and Public Action**. Oxford: Clarendon Press, 1989.

DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**. Trad. De Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes; 2000.

ENGLE, K.. **International Human Rights and Feminisms: When Discourses Keep Meeting**. Ch. 3 in D. Buss and A. Manji (eds.), *International Law: Modern Feminist Approaches*, Oxford and Portland: Hart Publishing, 2005.

ESTRICH, S. **Sex & Power**, New York: Riverhead Books.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Dualismos em duelo**. Cad. Pagu, Campinas , n. 17-18, p. 9-79, 2002 . Available from <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332002000100002>>. Access on 06 jun. 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FINEMAN, M. And T. Dougherty (eds.). **Feminism Confronts Homo Economicus**, Ithaca: Cornell University Press, 2005.

FINEMAN, M. **The Autonomy Myth**, New York: The New Press, 2004.

FINEMAN, Martha. **Feminist Legal Theory**. American University Journal of Gender, Social Policy & the Law. 13, no. 1, 2005.

FITZ-GIBBON, K., and J. Maher,. **Feminist Challenges to the Constraints of Law: Donning Uncomfortable Robes?**, *feminist Legal Studies*, 23: 253–271, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FRANCIS, L.P. (ed.) **The Oxford Handbook of Reproductive Ethics**, Oxford: Oxford University Press, 2017.

Fraser, Nancy. “**Beyond the Master/Subject Model: Reflections on Carole Pateman’s Sexual Contract**”. *Social Text*, 37: 173–181. 1993.

FRASER, Nancy. **Justiça Anormal**. In: Universidade de São Paulo, Revista da Faculdade de Direito. Volume 108, 2013.

FRASER, Nancy. **Justice Interruptus: Critical Reflections on "Postsocialist " Condition**. London: Routledge, 1997.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 15, n. 2, ago. 2007.

FRASER, Nancy. **Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo**. Rev. Direito GV, São Paulo , v. 7, n. 2, dez. 2011

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?**. Lua Nova, São Paulo , n. 70, 2007.

FRASER, Nancy. Redistribuição, Reconhecimento e Participação: Por uma Concepção Integrada da Justiça. p. 167-190, In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia [Orgs.]. **Igualdade, Diferença e Direitos**. Humanos. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

FRASER, Nancy. **Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado**. Lua Nova, São Paulo, n. 77, 2009.

Fraser, Nancy. **Unruly Practices: Power, Discourse and Gender in Contemporary Social Theory**, Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.1989.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Resistribution and recognition. A political-philosophical exchange**. New York: Verso, 2003.

FRASER, Nancy. **Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado**. Lua Nova [online]. 2009, n.77, pp.11-39. ISSN 0102-6445. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000200001>.

FREEDMAN, J., 2008. "Women's Right to Asylum: Protecting the Rights of Female Asylum Seekers in Europe?," Human Rights Review, 9: 423–433.

FREITAG, Bárbara. **A Teoria Crítica ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FRICKER, M. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing**, Oxford: Oxford University Press, 2007.

FRUG, M.J., **Sexual Equality and Sexual Difference in American Law**. New England Law Review, 26: 665–682, 1992.

FUNK, N. AND M. MUELLER (eds.) **Gender Politics & Post-Communism**. New York: Routledge, 1993.

GILSON, E. **The Perils and Privileges of Vulnerability: Intersectionality, Relationality, and the Injustices of the U.S. Prison Nation,**” *philosophia*, 6: 43–59., 2016.

GOLDIN, C. AND C. ROUSE. **Orchestrating Impartiality: The Impact of ‘Blind’ Auditions on Female Musicians**. *American Economic Review*, 90(4): 715–741, 2000.

GOUGES, Olympe. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. In: Bonacchi, Gabriela; Groppi, Ângela (org.). **O Dilema da Cidadania. Direitos e Deveres das mulheres**. São Paulo: Unesp, 1995.

GOULD, C. Women’s Human Rights & the U.S. Constitution in S. Schwarzenbach and P. Smith (eds.), **Women and the United States Constitution**, New York: Columbia University Press, pp. 197–219, .2003.

GREBOWICZ, M. **Why Internet Porn Matters**, Stanford, CA: Stanford University Press, 2015.

GREENHOUSE, L. AND R. SIEGEL (eds.). **Before Roe v. Wade: Voices that Shaped the Abortion Debate before the Supreme Court’s Ruling**, New York: Kaplan Publishing, 2010.

HARAWAY, Donna. **"Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. *Cad. Pagu* [online]. 2004, n.22, pp.201-246. ISSN 1809-4449. [Http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009](http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009).

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. *Cadernos Pagu*. (5), 1995, p. 7-41

HARRIS, A. **Race and Essentialism in Feminist Legal Theory**. *Stanford Law Review*, 42(3): 581–616, 1990.

HASSAN, Y. *The Haven Becomes Hell: A Study of Domestic Violence in Pakistan*, Lahore, Pakistan: Shirhat Gah, 1998.

HATHAWAY, O. **Between Power and Principle: A Political Theory of International Law**. University of Chicago Law Review, 71: 469–536, 2005.

HIRATA, H. Et al (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. 1. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HONNETH, Axel. **Lutas por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOOKS, Bell. **Ain't I a Woman: Black Women and Feminism**. South End Press, 1999.

HOOKS, Bell. **Feminist Theory: From Margin to Center**. South End Press; 2000.

HUSSEINI, R. **Murder in the Name of Honor**, Oxford: Oneworld Publishers., 2007..

IRIGARAY, Luce. **The Language of man. To Speak Is Never Neutral**. Continuum. London and New York, 2002.

JAGGAR, Alison M. **Feminist Politics and Human Nature**. Brighton: The Harvester Press, 1983..

JEFFRY, P. AND A. Basu (eds.) **Appropriating Gender: Women's Activism & Politicized Religion in South Asia**, New York: Routledge, 1998.

JONES, K., 2014. **Intersectionality and Ameliorative Analyses of Race and Gender**. Philosophical Studies , 171: 99–107.

KELLERMAN, B. AND D. RHODE (eds.) **Women and Leadership**, New York: Jossey-Bass Pub, 2007.

KERNER, Ina. **Más allá de la unidimensionalidad: Conceptualizando la relación entre el racismo y el sexismo**. Sig. Fil, Jun 2009, vol.11, no.21, p.187-205.

KIM, S. **amarital Naming/Naming Marriage: Language and Status in Family Law**. Indiana Law Journal , 85: 893–953., 2010

KRESS, Ken. **Legal Indeterminacy**. 77 Cal. L. Rev. 283, 1989. Available at: <http://scholarship.law.berkeley.edu/californialawreview/vol77/iss2/2>.

LEVIT, Nancy at al (org.). **Feminist Legal Theory: A Primer**. NYU Press, 2006.

LI, X., **Gender Inequality in China & Cultural Relativism**. In M. Nussbaum and J. Glover (eds.) 1995, pp. 407–425, 1995.

MACIEL, Débora Alves. **Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da lei Maria da Penha**. Rev. Bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 26, n. 77, Oct. 2011.

MACKINNON, C. And R. Siegel (eds.), **Directions in Sexual Harassment**, New Haven: Yale University Press 2004.

MACKINNON, C. **Are Women Human?**, Cambridge: Harvard University Press. 2006.

MACKINNON, C. **Sexual Harassment of Working Women**, New Haven: Yale University Press, 1979..

MACKINNON, C. **Toward a Feminist Theory of the State**, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

MACKINNON, Catharine A. "**From Practice to Theory, or What is a White Woman Anyway?**," Yale Journal of Law & Feminism: Vol. 4: Iss. 1, Article 3., 1991b. Available at: <http://digitalcommons.law.yale.edu/yjlf/vol4/iss1>

MACKINNON, Catharine A. **Butterfly politics**. Harvard University Press, 2017.

MACKINNON, Catharine A. **Feminism Unmodified: Discourses on Life and Law** . Harvard University Press, 1988.

MACKINNON, Catharine A. **Points against Postmodernism**, 75 Chi.-Kent. L. Rev. 687 (2000). Available at: <http://scholarship.kentlaw.iit.edu/cklawreview/vol75/iss3/5>.

MACKINNON, Catharine. Liberalism and the Death of Feminism. In: LEIDHOLDT , Dorchen; Raymond, Janice (ed.). **The Sexual Liberals and the Attack on Feminism**. New York: Pergamon Press, 1990.

MACKINNON, Catharine. **Only words**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. ISBN 9780674639348. (1993).

MACKINNON, Catharine. **Reflections on Sex Equality under Law**. The Yale Law Journal, Vol. 100, No. 5, Centennial Issue, pp. 1281-1328., 1991.

MACKINNON, Catharine. **Women's Lives, Men's Laws**. Cambridge, MA: Belknap Press, 1991a.

MACKINNON, Catherine. **Feminism Unmodified: Discourses on Life and Law**. Cambridge: Harvard UP, 1987.

MANDERSON, L. **Violence Against Women in Asian Societies**, New York: Routledge. 2003.

MANSBRIDGE, Jane. Should blacks represent blacks and woman represent woman? A contingent 'yes'. The Journal of Politics, vol. 61, n.3, p. 628-657, 1997.

MATSUDA, M., 1987. "**Looking to the Bottom: CLS and Reparations**," Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review, 22(2): 374–380.

MAYERI, S., 2011. **Reasoning from Race: Feminism, Law, and the Civil Rights Revolution**, Cambridge: Harvard University Press.

MCCLAIN, L.C., 2006. **The Place of Families: Fostering Capacity, Equality and Responsibility**, Cambridge: Harvard University Press.

MCGREGOR, J. **Is it Rape? On Acquaintance Rape and Taking Women's Consent Seriously**. London: Ashgate., 2005.

MEDINA, J. **The Epistemology of Ignorance: Gender and Racial Oppression, Epistemic Injustice, and Resistant Imaginations**, Oxford, Oxford University Press. .., 2013.

MENKEL-MEADOW, Carrie. **Feminist Legal Theory, Critical Legal Studies, and Legal Education or "The Fem-Crits Go to Law School"**. Journal of Legal Education, Vol. 38, No. 1/2 (March/June 1988), pp. 61-85. Association of American Law Schools. Available from <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100005>>. Access on 05 Jan. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. CAROLE PATEMAN E A CRÍTICA FEMINISTA DO CONTRATO. Rev. Bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 32, n. 93, e329303, 2017 .

Disponível em <<http://dx.doi.org/10.17666/329303/2017>>. Acessos em 07 jan. 2018. Epub 19-Dez-2016. .

MILL, J.S. **Subjection of Women**. In: The Collected Works of John Stuart Mill, Volume XXI - Essays on Equality, Law, and Education, 2004.

MINOW, M., **Making All the Difference: Inclusion, Exclusion & American Law**, Cambridge: Harvard University Press 1991..

MIRIAM, K “**Stopping the Traffic in Women: Power, Agency and Abolition in Feminist Debates over Sex-Trafficking**,” Journal of Social Philosophy, 36: 1–17., 2005..

MIRZA, Q. (ed.), 2006. **Islamic Feminism & the Law**, London: Routledge Cavendish.

Mitchell, Juliet. **Psychoanalysis and Feminism: Freud, Reich, Laing and Women**. New York: Pantheon, 1974

MOHANTY, Chandra Talpade. **Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses**. Boundary 2. 12:3-13:1. Pp. 333-358, 1984.

Mookherjee, M. **Women’s Rights as Multicultural Claims: Reconfiguring Gender and Diversity in Political Philosophy**, Edinburgh: Edinburgh University Press., 2009..

NERIS, Natália. **Um efeito alquímico: sobre o uso do discurso dos direitos pelas/os negras/os**. Revista Direito e Práxis, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/download/25487/21681>>.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

NOURSE, V. And G. Shaffer, 2009. “**Varieties of New Legal Realism: Can a New World Order Prompt a New Legal Theory?**,” Cornell Law Review, 95: 61–137.

NUSSBAUM, M. C. (eds.). **Sex, Preference, and the Family: Essays on Law and Nature**. New York: Oxford University.

NUSSBAUM, M. **Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership**, Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006.

NUSSBAUM, M.; J. Glover (eds.) **Women, Culture & Development, Oxford:** Clarendon Press., 1995.

Nussbaum, Martha (2011). *Creating capabilities: the human development approach*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press. ISBN 9780674050549.

NUSSBAUM, Martha **Sex & social justice**. Oxford New York: Oxford University Press, 2000.

Nussbaum, Martha. "**The future of feminist liberalism**", in Baehr, Amy R., *Varieties of feminist liberalism*, Lanham, Maryland Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, ISBN 9780742512030, 2004.

Nussbaum, Martha. **Hiding from humanity disgust, shame, and the law**. Princeton: Princeton University Press. , 2004.

NUSSBAUM, Martha. **Legal Weapon**. The Nation, 31 jul 2006. Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/legal-weapon/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

NUSSBAUM, Martha. **Women and Human Development: The Capabilities Approach**. Cambridge University Press, 2001.

NUSSBAUM, Martha. **Women and Human Development**. Cambridge MA: Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

NUSSBAUM, Martha; Okin, Susan Moller; Cohen, Joshua; Howard, Matthew (1999). **Is multiculturalism bad for women?**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. ISBN 9780691004327.

NUSSBAUM, Martha; Sen, Amartya (1993). **The quality of life**. Oxford England New York: Clarendon Press Oxford University Press. ISBN 9780198287971.

NUSSBAUM, Martha. **The Professor of Parody**. The New Republic, 1999-02-22; August 3, 1999.

OKIN, S., 1995. "**Inequality Between the Sexes in Different Cultural Contexts**," in M. Nussbaum and J. Glover (eds.) 1995, pp. 274–297.

OKIN, Susan Moller. **Justice, Gender, and the Family**. New York: Basic. Books, 1989. Pp. 216.

OLSEN, F. (ed.), **Feminist Legal Theory**, New York: New York University Press, 1995.

OLSEN, Frances E (org.). **Feminist Legal Theory I: Foundations and Outlooks** , 1995a.

OLSEN, Frances E (org.). **Feminist Legal Theory II: Positioning Feminist Theory within the Law** , 1995b.

Parekh, S. **Does Ordinary Injustice Make Extraordinary Injustice Possible? Gender, Structural Injustice, and the Ethics of Refugee Determination,**” Journal of Global Ethics, 8 : 269–281, 2012.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**, São Paulo, Paz e Terra, 1993.

Peters, J. And A. Wolper (eds.), 1995. **Women’s Rights, Human Rights**, New York: Routledge.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

QUEEN, Carol; Comella, Lynn. **The Necessary Revolution: Sex-Positive Feminism in the Post-Barnard Era**. The Communication Review 11(3):274–291, 2008. Doi:10.1080/10714420802306783

Radin, M.J., 1996. **Contested Commodities: The Trouble with Trade in Sex, Children, Body Parts, and Other Things**, Cambridge, MA: Harvard University Press.

Rainey, S. S., 2017. “In Sickness and in Health: Crippling and Queering Marriage Equality.” Hypatia, 32: 230–246.

Reed, B. And K. Pollitt (eds.), 2002. **Nothing Sacred: Women Respond to Religious Fundamentalism**, New York: Nation Books.

RHODE, D. **Speaking of Sex: The Denial of Gender Inequality**, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

RHODE, D.; C. SANGER (eds.), **Gender and Rights**, New York: International Library of Essays on Rights. 2005.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. **A desintegração do status quo: direito e lutas sociais**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 96, July 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Feminismos e seus frutos no Brasil**. In: SADER, Emir (org.). Movimentos sociais na transição democrática. São Paulo: Cortez, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, MAGDA GUADALUPE DOS. O feminismo na história: suas ondas e desafios epistemológicos. In: Maria de Lourdes Borges; Márcia Tiburi. (orgs.). **Filosofia: machismos e feminismos**. 1ed. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2014, v. , p. 129-162.

SCALES, A., 2006. **Legal Feminism: Activism, Lawyering and Legal Theory**, New York: New York University Press.

Schneider, E., 2000. **Battered Women & Feminist Lawmaking**, New Haven: Yale University Press.

Schroeder, J., 1991. “**Feminist Methodologies and the Logic of Imagination**,” Texas Law Review, 70: 109–210.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SCOTT, J. W. **O enigma da igualdade**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, Apr. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100002>. Acesso em: 06 Nov. 2017.

SCOTT, Joan W. **O enigma da igualdade**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, abr. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 09 jun. 2016. [Http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100002](http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100002).

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

Sen, A., 1995. “**Gender Inequality & Theories of Justice**,” in M. Nussbaum and J. Glover (eds.) 1995, pp. 259–273.

SHULAMITH, Firestone. **A dialética do sexo**. São Paulo: Labor do Brasil, 1976.

SILVA, Felipe Gonçalves. **Iris Young, Nancy Fraser e Seyla Benhabib. Uma disputa entre modelos críticos**. In: NOBRE, Marcos (org.). Curso Livre de Teoria Crítica. Campinas: Papirus, 2008.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia**. 2. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SMITH, P. Four Themes in Feminist Legal Theory: Difference, Dominance, Domesticity & Denial. in M. Golding ; W. Edmundson, **Philosophy of Law & Legal.**, 2005.

SMITH, Patricia (org.). **Feminist Jurisprudence**. New York: Orxford University Press, 1993.

STARK, B. **Women, Globalization, & Law**. Pace International Law Review, 16: 333–356, 2004.

SUNDER, M. (ed.), 2007. **Gender and Feminist Theory in Law and Society**, Aldershot: Ashgate.

TASLITZ, A., 1999. **Rape & the Culture of the Courtroom**, New York: New York University Press.

TAUB, N. And W. WILLIAMS, 1993. “**Will Equality Require More Than Assimilation, Accommodation, or Separation from the Existing Social Structure**” in P. Smith (ed.) 1993, pp. 48–56.

VARIKAS, Eleni. Max Weber, a gaiola de aço e as senhoras. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle et al. (org.). **O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

WEBER, Max. **A Política como vocação**. In: Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

Williams, J., 2010. **Reshaping the Work-Family Debate: Why Men and Class Matter**, Cambridge, MA: Harvard University Press.

Williams, P., 1997. **Seeing a Color-Blind Future: The Paradox of Race**, Cambridge, MA: Harvard University Press.

WITT, Charlotte (org.). **Feminist Metaphysics: Explorations in the Ontology of Sex, Gender and the Self**. Springer Netherlands, 2011.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **A Vindication of the Rights of Women**. London: Penguin, 1975.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Trad. De Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

YOUNG, IRIS MARION. **Review of Nussbaum's Sex and social justice**. Chicago: Ethics, Vol. 111, No. 4 (July 2001), pp. 819-8232001.

YOUNG, Iris Marion. **Desafios ativistas à democracia deliberativa**. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília , n. 13, Apr. 2014.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

YOUNG, Iris Marion. **O ideal da imparcialidade e o público cívico**. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília , n. 9, Dec. 2012 .

YOUNG, Iris Marion. **Representação política, identidade e minorias**. Lua Nova, São Paulo , n. 67, 2006.

ZIAREK, Ewa Plonowska. **An Ethics of Dissensus: Feminism, Postmodernity and the Politics of Radical Democracy**. Stanford: Stanford University Press, 2001.